

INOCÊNCIA EM PERSPECTIVA POLIFÔNICA. Carla Cristine Francisco, Maria Lúcia Lichtscheidl Maretti. Letras – Letras – Departamento de Letras Modernas –Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis

Considerando o conceito bakhtiniano de *polifonia*, detemo-nos sobre o seu alcance numa análise discursiva da obra-prima do Visconde de Taunay, *Inocência*, de 1872. Tendo em vista que o romance apresenta uma multiplicidade de vozes que discutem a posição da mulher na sociedade, tais como a voz patriarcal de Pereira, a voz interessada de Cirino na libertação de Inocência, a própria voz de Inocência, querendo um espaço de atuação menos restrito, e a voz de Meyer, que fornece a visão de outra cultura sobre a questão, acreditamos que o estudo pode iluminar as pesquisas sobre a história da condição da mulher no Brasil. Todas estas vozes se relacionam de certa forma – mais ou menos tensa – com a do narrador. Então, a teoria bakhtiniana pode nos convir à medida que percebemos a ocorrência de tais momentos polifônicos neste romance, criando uma tensão ideológica que se manifesta discursivamente.

Pensar a mulher na sociedade brasileira atual é reconhecer seus múltiplos papéis decorrentes de sonhos realizados por mulheres de outros tempos, de outras realidades. Cada vez mais, ela se afasta de estereótipos fundamentados em idéias patriarcais, que a inscrevem em uma condição de vida inferior. E, sem perspectivas de melhora, cumpre-lhe tomar para si o único papel disponível nesta sociedade falocêntrica: o de servir. Um traço importante na construção da identidade feminina é o resgate da história da mulher que vem sendo feito por pesquisadores brasileiros interessados em observar determinados momentos históricos através de perspectivas marginalizadas. Contudo, faz-se necessário que este retrospecto seja realizado de forma crítica e que dele possam surgir a mulher real e as relações que esta estabelecia com o homem, desvestindo, assim, de qualquer clichê a sua trajetória no Brasil.

Vários são os momentos em que a historiografia da mulher permite estudos mais profundos. Porém, propomo-nos a analisar a representação específica da mulher do século XIX por dois fatores: o fato de ser neste século, na formação da sociedade brasileira, que se iniciou a definição dos papéis da mulher, e, principalmente, o fato de ser este o momento em que emergiu a obra literária objeto deste trabalho. Então, delimitamos como sujeito deste retrospecto esta mulher representada na literatura e as implicações que este século reservou a ela. Não podemos deixar de ressaltar que nesta representação reconhecemos ideologias que nem sempre vão ao encontro da emancipação da mulher, mas salientamos o contexto em que tal obra foi concebida e o objetivo deste trabalho, que está ligado primordialmente a uma análise literária de uma obra que dá à mulher um papel relevante.

No século XIX, ainda encontramos no Brasil o período denominado colonial, no qual se fundamentava o poder no exercício de um autoritarismo que abrangia todas as parcelas sociais. A complexidade deste autoritarismo é uma das características que definem o regime *escravocrata-senhorial*, em vigor no Brasil Colônia. Neste regime as relações baseiam-se na autoridade e na dominação e ultrapassam o âmbito público, atualizando-se no privado, onde o domínio é exclusividade do homem tanto no seu papel de pai quanto no de marido, a mulher ocupando a posição de dominada, isto é, a obediência ao marido é a continuação da obediência ao pai. Maria D'Ávila, em *O Autoritarismo e a Mulher* (1980), define estas relações em que o homem é o dominador e a mulher a dominada como traços do poder patriarcal. O patriarcalismo projeta na mulher preconceitos e tabus que se cristalizam, originando estereótipos ainda hoje propagados, tais como o culto da virgindade nas mulheres brancas, a sexualização nas mestiças e o confinamento das filhas. A família patriarcal vê os papéis de esposa e mãe como os únicos possíveis para a mulher.

A ideologia patriarcal delineou amplamente o cotidiano feminino no século XIX, sendo que hábitos comuns impostos às mulheres nesta sociedade eram, por exemplo, o encarceramento e a educação moralizante. Por detrás desta severidade no trato com as moças, estava a manutenção do casamento como aliança política e econômica, ou seja, sob o pretexto da manutenção de uma conduta moral e religiosa, o encarceramento preservava a “pureza” da mulher, que na verdade significava um “status”. Na segunda metade do século houve um “afrouxamento” desta prática, pois, com a vinda da Corte e um maior acesso às idéias liberais francesas, a educação feminina se tornou “necessária para o progresso”. Jean-Jacques Rousseau, filósofo francês do século XVIII, acreditava que, sendo responsável pela primeira educação do

homem, a mulher deveria ser educada com vistas tanto à formação de um caráter livre de maus instintos quanto à submissão ao homem. Esta primeira tentativa de educar as mulheres era ainda androcêntrica, ou seja, o discurso patriarcal, sob o conceito de progresso, propagandeava uma educação que consistia basicamente em estimular o papel de mãe e esposa, negando à mulher a individualidade e o prazer.

Entretanto, a educação patriarcal, internalizada inclusive pelas próprias mulheres, estava longe de atingir todo o Brasil. Constância Lima Duarte, em “Apontamentos para uma história da educação feminina no Brasil, século XIX” (2002, p. 273-283), nos informa que a grande maioria das províncias, com exceção de Minas Gerais, Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro, não tinham aderido à educação formal feminina. Logo, grande parte das mulheres brasileiras vivia uma situação de pária da cultura. Como o objeto de nossa análise se situa espacialmente no interior da então província de Mato Grosso, no chamado “sertão”, delimitamos nossa abordagem a esta mulher que, longe dos centros urbanos, não possuía qualquer tipo de perspectiva e ainda estava à margem da educação, o que, afinal de contas, é ainda hoje a condição mais representativa da mulher no Brasil.

Os estudos de gênero consistem atualmente em uma importante perspectiva de análise da literatura e, através deste breve panorama histórico, podemos perceber que no século XIX encontramos um solo fecundo para estes estudos. No entanto, a escolha de uma obra oitocentista como objeto deste trabalho se deve principalmente ao modo como a representação da mulher se dá nela. Após um levantamento das pesquisas já realizadas sobre o livro de Visconde de Taunay, *Inocência* (1872), notamos que poucas evidenciam a importância histórica da presença da mulher em tal obra. Isto nos levou a constatar a necessidade de uma leitura que proporcione um aprofundamento de um tema que consideramos ainda pouco estudado na fortuna crítica deste autor. Em *Inocência* encontramos um olhar interessante sobre a mulher do interior do Brasil no século XIX, configurando uma perspectiva que confirmaria em grande parte pesquisas históricas que abordam esta temática. Então, a ausência de pesquisas que englobem esta representação foi um fator preponderante na escolha desta obra.

Porém, a cada leitura de *Inocência* foi-se revelando um novo aspecto que dava sempre margem a novas abordagens. Além da importância histórica que atribuímos à representação feminina na obra de Taunay, tínhamos em mente que isto não era suficiente para uma análise literária mais completa; fez-se necessário, portanto, apontar em *Inocência* características de outra ordem – estéticas, lingüísticas e/ou discursivas - que vão além da perspectiva da sua consideração como documento histórico.

Em uma leitura mais pormenorizada do texto, constatamos uma posição surpreendente do narrador frente à personagem Inocência: ele demonstra claramente um *parti-pris* a favor da protagonista. Isto se dá, contudo, de uma maneira diferenciada da que estamos acostumados a notar nos romances românticos. A defesa de Inocência feita pelo narrador consiste em elemento importante do texto de Taunay, mas o que ficou mais claro aos nossos olhos é o espaço concedido a esta de “se defender” a si própria; isto é, em alguns trechos do romance percebemos que o narrador cede a voz à personagem de um modo não muito habitual à época.

Contudo, Inocência não é a única personagem a adquirir voz para defender sua ideologia; de certa forma, o narrador “democratiza” o discurso cedendo a palavra a todas as personagens, independentemente do fato de se colocar ou não favorável a elas. Então, constatamos no texto a configuração de um embate discursivo entre as personagens e o próprio narrador, configurando-se, assim, no romance, alguns momentos polifônicos, segundo a reflexão teórica de Mikhail Bakhtin. O romance nos dá, pois, a nossa principal perspectiva de estudo: a análise do discurso do narrador e das personagens fundamentada na teoria bakhtiniana da polifonia.

– Eu repito, disse ele com calor, isto de mulheres, não há o que fiar. (...) Cá no meu modo de pensar, entendo que não se maltratem as coitadinhas, mas também é preciso não dar asas às formigas...

– (...) No meu parecer, as mulheres são tão boas como nós, se não melhores: não há, pois, motivo para tanto desconfiar delas e ter os homens em tão boa conta. Enfim, essas suas idéias podem quadrar-lhe à vontade, (TAUNAY, 1986, p. 31)

Este é um pequeno trecho que pode ilustrar o objetivo deste trabalho e a escolha da teoria bakhtiniana como instrumento importante para atingi-lo. Pode-se perceber, através do diálogo entre Pereira – pai da protagonista do romance *Inocência* – e Cirino – o herói da história, uma diferença de ordem ideológica frente à posição da mulher na sociedade. Isto se repetirá ao longo do enredo, promovendo assim um embate ideológico entre as personagens, cada qual centrada em sua perspectiva e defendendo o seu ponto de vista. Esta confluência de vozes defensoras de pensamentos individuais e reveladoras de uma autoconsciência é denominada polifonia, segundo a teoria de Mikhail Bakhtin (2005).

O teórico russo estabeleceu duas modalidades de romance, reservando a cada uma delas vários aspectos particularizantes: o romance monológico e o polifônico. As características atribuídas a eles englobam não só os mecanismos lingüísticos utilizados para compô-los, mas também o diálogo que cada um mantém com a sociedade em que está inserido. Por exemplo, o romance monológico estaria associado ao autoritarismo, ao dogmatismo, sendo que, no plano estético, isto se manifesta a partir da sujeição das personagens ao autor; já o polifônico se ligaria ao conceito de inconclusibilidade, que se associaria à idéia de romance como um gênero em formação e as personagens em constante evolução. As idéias propostas por Bakhtin acerca da construção do romance nos trazem alguns questionamentos sobre os fundamentos de um tipo e de outro.

No plano monológico, as personagens são “mudas”, ou seja, servem apenas como marionetes de veiculação de um discurso alheio, que é o do autor. Neste tipo de romance, encontra-se apenas um tipo de perspectiva, de ponto de vista; tudo é irradiado pelo autor. Portanto, caracterizamos esta modalidade de romance como um monólogo, em que a existência do diálogo é impossível, já que o outro não enuncia a sua voz. Se retomarmos o conceito bakhtiniano de personagem criada monologicamente, chegaremos à seguinte reflexão: a construção da consciência da personagem se dá externamente a ela, e apesar dela, pois é delineada com contornos tão rígidos que não lhe permitem uma autoconsciência, originando-se do plano do autor, isto é, sua consciência lhe é inacessível. Em outros termos, no romance monológico não há a combinação de vozes diferentes entre si e os problemas provenientes dos embates que possam surgir desta combinação não existem, pois a única voz é a do autor. Paulo Bezerra, em estudo sobre polifonia (2005), afirma a respeito disso:

qualquer que seja a forma que elas assumam, em sua construção predomina uma invariante: as personagens são objeto do discurso do autor, que não as vê como sujeitos, como consciências capazes de falar e responder por si mesmas, mas como coisas, como matéria muda que se esgota e se imobiliza no acabamento definitivo que ele lhe dá. (BEZERRA, 2005, p.192).

Quando nos deparamos com tal coisificação, logo nos remetemos a uma das situações que propiciaram o surgimento do romance polifônico para Bakhtin. No processo de construção do romance monológico, Bakhtin percebe que o conceito de reificação de Marx, criado para analisar as relações do sistema capitalista, está na base deste processo. Assim, com a reificação, a relação da produção capitalista reduz o homem à condição de coisa. Porém, esta mesma relação proporciona uma maior estratificação social a partir da qual há uma geração de vozes que gritam contra esta coisificação, ou seja, a diversidade de vozes, que é uma característica do romance polifônico, só poderia existir na era capitalista. A libertação do indivíduo que passou a ser sujeito de sua própria voz e de sua própria consciência foi representada no romance da passagem do monologismo para o dialogismo; este consiste em um procedimento de criação da personagem em que a imagem dela surge através da comunicação interativa com outras. Ao retermos o excerto retirado do livro *Inocência*, temos uma idéia do que significa a construção das personagens segundo o dialogismo; dada a não interferência do narrador neste trecho, vislumbra-se a posição ideológica de cada personagem através do diálogo que elas entretêm. Para o autor, o dialogismo requer uma posição radicalmente nova, em que se conceda a liberdade ao indivíduo para que ele possa se revelar como quiser, a partir da criação de uma autoconsciência.

Em livro introdutório sobre os conceitos bakhtinianos, Beth Brait (1999) considera a polifonia como um outro termo para designar o dialogismo, que para ela se refere às diferentes vozes instauradas

em um contexto. Realmente, Bakhtin considera que há uma relação intrínseca entre dialogismo e polifonia, que ele concebe da seguinte forma: no espaço do romance há a convivência e a interação de múltiplas vozes, consciências independentes, vozes plenivalentes e variados universos. Portanto, quando opta por dar um enfoque polifônico ao seu romance, o autor passa a atuar como um regente de variadas vozes que se manifestam livremente. Então, um procedimento importante na construção de um romance polifônico é o diálogo:

é pelo diálogo que as personagens se comunicam entre si, com o outro, se abrem para ele, revelam suas personalidades, suas opiniões e ideais, mostram-se sujeitos de sua visão de mundo, sujeitos esses cuja imagem o autor do romance polifônico constrói de sua posição distanciada, dando-lhes o máximo de autonomia, sem lhes definir a consciência à revelia deles, deixando que eles mesmos se definam no diálogo com outros sujeitos-consciências, pois os sente a seu lado, à sua frente, dialogando com ele. (BEZERRA, 2005, p. 196)

E, em *Inocência*, em nenhum momento o narrador priva Pereira de falar, apesar de claramente discordar das idéias dele. Através dos diálogos que este estabelece com as outras personagens, sabemos que cultiva valores patriarcais, não partilhados pelo narrador. Ao permitir a ocorrência da polifonia em seu romance, Visconde de Taunay confere, pois, plena autonomia às suas personagens para que elas expressem suas visões de mundo. E a maneira de apreensão da polifonia se dá principalmente através da análise do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. (trad. de Paulo Bezerra). 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- BEZERRA, Paulo. "Polifonia". In: BRAIT, Beth (org.). 2 ed. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 191-200.
- BRAIT, B. "As vozes bakhtinianas e o diálogo inconcluso". In: BARROS, D. L. P. & FIORIN, J. L. (orgs). *Dialogismo polifonia, intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1999, p.11-7.
- D'AVILA NETO, Maria Inácia. "A Autoridade Patriarcal e sua Significação para a Condição da Mulher no Brasil". In: *O Autoritarismo e a Mulher*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- D'INCAO, Maria Angela. "Mulher e Família Burguesa". In: PRIORE, Mary del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- DUARTE, Constância Lima. "Apontamentos para uma história da educação feminina no Brasil - século XIX". In: DUARTE, Constância Lima. DUARTE, Eduardo de Assis. BEZERRA, Kátia da Costa (orgs.). *Gênero e representação: teoria, história e crítica*. Belo Horizonte: Pós-Graduação em Letras, Estudos literários, UFMG, 2002.
- TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. São Paulo: Ática, 1986.

BOLSA: FAPESP